

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



Os Padres Matemáticos e a cartografia da capitania do Rio de Janeiro no século XVIII

André Ferrand de Almeida - andreferrand@gmail.com ;

Rio de Janeiro, cartografia, matemáticos

O período que medeia entre os Tratados de Utreque (1713-1715) e o Tratado de Madrid (1750) foi um período crucial para a definição das fronteiras do Brasil, quer ao nível do reconhecimento e ocupação do espaço, quer da sua representação cartográfica. D. João V ciente quer da necessidade de preparar um futuro tratado com a coroa espanhola que definisse os limites dos respectivos domínios na América do Sul, quer da importância de possuir mapas rigorosos e detalhados das regiões do Brasil que não eram disputadas pela Espanha, enviou ao Brasil, em 1729, Diogo Soares e Domingos Capassi, para traçarem o Novo Atlas da América Portuguesa. Para além de um trabalho exaustivo de desenho de mapas, o rei pretendia uma descrição geográfica detalhada do Brasil, devendo os padres recolher informações sobre as vias de comunicação, fossem elas os caminhos, os rios ou os portos fluviais, sobre os recursos e sobre as populações indígenas. A provisão régia dava ainda instruções claras acerca da distribuição espacial dos diferentes poderes e seus territórios de exercício no Brasil. O rei pretendia que os mapas apresentassem os limites reais das diferentes unidades administrativas, civis e eclesiásticas e, simultaneamente, os limites ideais, propostos pelos padres, graças ao seu conhecimento do território, devendo estes buscar uma divisão mais racional, com base nos acidentes geográficos. Os dois jesuítas chegaram ao Rio de Janeiro em 1730 e aqui se detiveram longos meses, em que prepararam mapas da capitania e da baía de Guanabara, para além das plantas e perfis das fortificações da cidade. Diogo Soares traçou as plantas das fortificações da cidade e Domingos Capassi, devido aos seus conhecimentos astronómicos superiores, deve ter-se dedicado sobretudo aos cálculos das coordenadas geográficas, estabelecendo a posição do Meridiano do Rio de Janeiro, que passava pelo morro do Castelo. Este foi o meridiano de referência dos mapas desenhados para integrarem o atlas. Em Julho de 1730, pouco tempo depois da sua chegada, numa carta que o padre Diogo Soares escreveu ao rei, afirmava que, apesar da liberdade que o rei lhes concedera para escolherem o lugar por onde deviam começar o traçado das cartas geográficas, tinham optado pela capitania do Rio, e enquanto esperavam que chegassem os instrumentos que lhes faltavam tentavam ali realizar algumas observações astronómicas que o tempo ainda não tinha permitido. Informava

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



Diogo Soares que já tinham “visto, sondado, e riscado” toda a baía do Rio de Janeiro e também desenhado plantas de todas as fortalezas ali existentes. Oferecia a D. João V o roteiro da sua viagem, com o desenho da barra do Rio de Janeiro e de todas as ilhas que avistara, que traçara para utilização dos pilotos que navegavam para o Rio de Janeiro. Aproveitava ainda para fazer algumas sugestões quanto à necessidade de terminar a fortaleza da Lage, ponto chave do porto e de fortificar a ilha das Cobras, em cuja planta se encontrava a trabalhar a pedido do governador. Este excesso de zelo do padre Soares, levando-o a ocupar-se de problemas militares deu origem a uma censura do Conselho Ultramarino que, na resposta, lhe lembrava que o principal objectivo da missão dos jesuítas era fazerem “as cartas geográficas daquellas capitánias” e não perderem tempo com quaisquer outras ocupações. O que o Conselho e o rei pretendiam é que os padres se limitassem a fazer as “cartas geográficas” do Brasil, utilizando os novos instrumentos que tinham sido encomendados na Europa, medindo de forma precisa as longitudes e latitudes sem se envolverem em problemas de outra ordem. Mas as “cartas geográficas” são os mapas do Brasil à escala regional, isto é, os mapas dos bispados e das capitánias, e não as plantas dos fortes do Rio de Janeiro. Os mapas solicitados aos padres são mapas de conjunto do território destinados a possibilitar uma intervenção mais eficaz do Estado. Propomo-nos aqui analisar os mapas de maior e de menor escala realizados pelos jesuítas matemáticos, quer relativos à baía de Guanabara, quer à própria capitania do Rio de Janeiro. Queremos também abordar a sua circulação e influência na cartografia posterior, de que o exemplo mais conhecido é o Plan de la Baye e du Port de Rio de Janeiro de 1751, publicado por Jean Baptiste Nicolas Denis D’Après de Manneville no Neptune Oriental em 1775, que seria também copiado e utilizado como modelo pela cartografia inglesa posterior.